



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE PATO BRANCO

1ª VARA CÍVEL DE PATO BRANCO - PROJUDI

**Maria Bueno, 284 - Trevo da Guarani - Sambugaro - Pato Branco/PR - CEP: 85.501-560 - Fone: (46) 3225 3448 - E-mail:
pb-1vj-e@tjpr.jus.br**

Autos nº. 0003921-09.2021.8.16.0131

Processo: 0003921-09.2021.8.16.0131

Classe Processual: Recuperação Judicial

Assunto Principal: Concurso de Credores

Valor da Causa: R\$24.318.538,01

- Autor(s):
- ANDRE FRANCISCO ZENI (RG: 108033126 SSP/PR e CPF/CNPJ: 075.111.229-14)
Rua José da Silva, 712 - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
 - ANDRÉ FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA (CPF/CNPJ: 40.810.682/0001-12)
Comunidade Linha Ipiranga, sn - rural - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
 - Auto Posto Zeni Ltda. (CPF/CNPJ: 04.818.376/0001-69)
Avenida Manuel Ribas, 325 - Centro - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000 - Telefone(s): (46)3526-1396
 - VILMAR FRANCISCO ZENI (RG: 52344565 SSP/PR e CPF/CNPJ: 839.611.199-53)
rua Cláudio João Antonioli, 701 - centro - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
 - VILMAR FRANCISCO ZENI AGRÍCOLA (CPF/CNPJ: 40.809.821/0001-98)
Comunidade Linha Ipiranga, sn - rural - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000
- Réu(s):
- ESTE JUÍZO (CPF/CNPJ: Não Cadastrado)
RUA , SN FÓRUM DE JUSTIÇA - CENTRO - PATO BRANCO/PR
 - M Marques Sociedade Individual de Advocacia (CPF/CNPJ: 07.166.865/0001-71)
Av. Cândido de Abreu, 776 sala 1306 - CURITIBA/PR
- Terceiro(s):
- A. BATISTA FARIAS -EIRELI (CPF/CNPJ: 33.617.596/0001-22)
Estrada Araçá, 3476 - Parque Industrial Bandeirantes - MARINGÁ/PR - CEP: 87.070-125
 - BANCO BRADESCO S/A (CPF/CNPJ: 60.746.948/0001-12)
Rua Guarani , 261 - Centro - PATO BRANCO/PR - CEP: 85.501-050
 - Banco do Brasil S/A (CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-91)
Avenida Tupi, 2581 - PATO BRANCO/PR
 - COASUL-COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (CPF/CNPJ: 79.863.569/0001-30)
Rua GENERAL OSORIO, 920 - Coasul - SÃO JOÃO/PR
 - COOPAVEL COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL (CPF/CNPJ: 76.098.219/0001-37)
Rodovia BR-277, S/N km 591 - Parque São Paulo - CASCAVEL/PR - CEP: 85.803-490
 - COOPERATIVA DE CREDITO RURAL COM INTERACAO SOLIDARIA LIDERANCA - CRESOL LIDERANCA (CPF/CNPJ: 02.934.201/0001-91)
RUA 14 DE DEZEMBRO, 4245 ESTABELECIMENTO COMERCIAL - CENTRO - CHOPINZINHO/PR



- ESTADO DO PARANÁ (CPF/CNPJ: 76.416.940/0001-28)
Praça Nossa Senhora de Salette, S/N Palácio Iguazu - Centro Cívico - CURITIBA/PR - CEP: 80.530-909
- Estrada Distribuidora de Derivados Do Petróleo Ltda (CPF/CNPJ: 01.804.345/0001-60)
ROD BR-277, S/N KM 579 - CENTRALITO - CASCAVEL/PR - CEP: 85.818-560
- GP DISTRIBUIDORA DE COMBUSTIVEIS S.A. (CPF/CNPJ: 03.609.381/0001-07)
Rua Camargo Zampieri, 1438 - Tindiquera - ARAUCÁRIA/PR - CEP: 83.708-135
- LA COMERCIO DE LUBRIFICANTES EIRELI (CPF/CNPJ: 35.167.176/0001-17)
Rua da Águia-imperial, 556 - Paraíso - LONDRINA/PR - CEP: 86.078-170
- LUB CAR ESTETICA AUTOMOTIVA LTDA (CPF/CNPJ: 38.430.156/0001-85)
Rua Jalbas Rodrigues Alves, 54 - Vila Santa Izabel - MARINGÁ/PR - CEP: 87.080-470
- Larissa Paggi Carletto (CPF/CNPJ: 078.310.519-37)
rua Itapuã, 120 apartamento 301 - La Salle - PATO BRANCO/PR
- MARINES PICININ RAYMUNDI (RG: 49737394 SSP/PR e CPF/CNPJ: 861.186.339-91)
Rua Itabira, 1100 Ap. 501 - Centro - PATO BRANCO/PR - CEP: 85.501-290
- Município de Coronel Vivida/PR (CPF/CNPJ: 76.995.455/0001-56)
PÇA. TRES PODERES, - CORONEL VIVIDA/PR - CEP: 85.550-000 - E-mail: prefcelvivida@wln.com.br
- Município de Itapejara d'Oeste/PR (CPF/CNPJ: 76.995.430/0001-52)
AV. MANOEL RIBAS, 620 - ITAPEJARA D'OESTE/PR - CEP: 85.580-000 - E-mail: pmitapejara@iolnet.com.br
- NACIONAL CENTRAL PARANÁ COMERCIAL DE LUBRIFICANTES (CPF/CNPJ: 07.564.729/0001-30)
Rua Pioneiro José dos Santos, 144 A Sl 02 - Jardim Itaipu - MARINGÁ/PR - CEP: 87.065-440
- PROCURADORIA DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) (CPF/CNPJ: 00.394.460/0001-41)
Rua Marechal Deodoro, 555 7º ANDAR - CURITIBA/PR - CEP: 80.020-911
- RIO ELIAS INSUMOS AGRICOLAS LTDA (CPF/CNPJ: 17.267.271/0001-00)
rua manoel ribas, 430 - ITAPEJARA D'OESTE/PR
- RODOIL DISTRIBUIDORA DE COMBUSTÍVEIS LTDA (CPF/CNPJ: 07.520.438/0001-40)
ALCIDES LONGHI (LOT VILLAGG, IO IGU ATEMI RES), 220 - Sanvitto - CAXIAS DO SUL/RS - CEP: 95.012-348
- SCHERER S/A COMERCIO DE AUTOPECAS (CPF/CNPJ: 84.586.205/0001-90)
Rua Ernesto Wezzer, 42 - Independência - TOLEDO/PR - CEP: 85.906-520
- TURIM FERTILIZANTES BELTRÃO LTDA (CPF/CNPJ: 20.005.167/0001-52)
Avenida Natalino Faust, 580 - Luther King - FRANCISCO BELTRÃO/PR - CEP: 85.605-147
- Vinicius Paggi Carletto (CPF/CNPJ: 057.502.879-39)
Avenida Republica Argentina, 1812 Apartamento 401 - CURITIBA/PR
- daniel perin bandeira (CPF/CNPJ: 005.632.519-30)



Rua Inacio Felipe, 371 Casa - Centro - MARMELEIRO/PR - CEP: 85.615-000

Decisão – Recuperação Judicial Grupo Zeni

1. Depreende-se que as Recuperandas pugnaram pela prorrogação do *stay period*, conforme petição do ev. 734.

O Ministério Público não se opôs ao pleito (ev. 743).

Manifestação favorável da Administradora Judicial (ev. 837).

Nesse sentido, preceitua o art. 6º, §4º, da lei nº 11.101/2005:

Art. 6º A decretação da falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica:

[...]

§ 4º Na recuperação judicial, as suspensões e a proibição de que tratam os incisos I, II e III do caput deste artigo perdurarão pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado do deferimento do processamento da recuperação, prorrogável por igual período, uma única vez, em caráter excepcional, desde que o devedor não haja concorrido com a superação do lapso temporal.

A prorrogação almejada merece acolhimento, isso porque as Recuperandas apresentaram os termos de adesão, os quais, a princípio, conforme manifestação da Administradora Judicial atingiram o quórum previsto pelo art. 45 da Lei Regulamentadora.

Ademais, os credores já foram devidamente intimados para apresentação de eventuais impugnações, estando pendente, portanto, apenas as manifestações das demais partes interessadas, para posterior análise, realização de eventual controle de legalidade e concessão ou não da recuperação judicial.

Outrossim, não se observa qualquer ato protelatório pelas Recuperandas, as quais têm demonstrado efetivo interesse e comprometimento com o processamento da presente recuperação.

Veja-se que não destoia o entendimento jurisprudencial perfilhado:

RECUPERAÇÃO JUDICIAL - PRORROGAÇÃO DO "STAY PERIOD" - Recurso interposto contra a r. decisão que deferiu a prorrogação do "stay period" por mais 120 dias - Banco credor que pede o término da suspensão das ações e execuções ajuizadas em face das recuperandas - Não acolhimento - **É permitida a prorrogação do stay period em situações excepcionais, desde que ausente culpa das recuperandas na demora do procedimento recuperacional e a dilação se faça por prazo determinado** - Enunciado IX do Grupo Reservado de Direito Empresarial - **No caso dos autos, conforme manifestação do administrador judicial, as recuperandas têm atuado de forma diligente, têm cumprido as obrigações legais impostas, não**



contribuindo para a demora na aprovação do plano de recuperação - Necessidade de prazo adicional para possibilitar a elaboração de aditivo e realização de uma única assembleia envolvendo todas as empresas do grupo econômico - Em homenagem ao princípio da preservação da empresa, no momento, a prorrogação se mostra plausível para viabilizar a aprovação do plano de recuperação - RECURSO DESPROVIDO. (TJ-SP - AI: 20299681220218260000 SP 2029968-12.2021.8.26.0000, Relator: Sérgio Shimura, Data de Julgamento: 20/10/2021, 2ª Câmara Reservada de Direito Empresarial, Data de Publicação: 20/10/2021). (grifei).

AGRAVO DE INSTRUMENTO. **RECUPERAÇÃO JUDICIAL**. DECISÃO AGRAVADA QUE CONCEDE A PRORROGAÇÃO DO STAY PERIOD ATÉ A REALIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL DE CREDORES. **DILAÇÃO DO STAY PERIOD. POSSIBILIDADE. PRORROGAÇÃO QUE SE MOSTRA NECESSÁRIA PARA NÃO FRUSTRAR O PLANO DE RECUPERAÇÃO . DESÍDIA DA RECUPERANDA NÃO DEMONSTRADA**. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CÂMARA. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. “Nos termos da jurisprudência desta Corte, o prazo de suspensão das ações e execuções na recuperação judicial, previsto no art. 6º, § 4º, da Lei 11.101/2005, pode ser prorrogado caso as instâncias ordinárias considerem que tal prorrogação é necessária para não frustrar o plano de recuperação” (AgInt no REsp 1.717.939/DF, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, DJe de 06/09/2018) (TJPR - 17ª C.Cível - 0004985-93.2020.8.16.0000 - Curitiba - Rel.: Juiz Fabio Andre Santos Muniz - J. 21.07.2020). (TJ-PR - AI: 00049859320208160000 PR 0004985-93.2020.8.16.0000 (Acórdão), Relator: Juiz Fabio Andre Santos Muniz, Data de Julgamento: 21/07/2020, 17ª Câmara Cível, Data de Publicação: 21/07/2020). (grifei).

É cristalino que até que seja procedida a análise dos termos de adesão e impugnações, bem como controle de legalidade, se faz necessário o acolhimento do pleito das Recuperandas, em respeito ao princípio da preservação da empresa e viabilidade da aprovação do plano de recuperação proposto.

Ante o exposto, com fundamento no art. 6º, §4º, da lei nº 11.101/2005, **DEFIRO** o pedido de prorrogação do *stay period* pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

2.A certidão encartada aos autos no ev. 1.020, da conta do transcurso do prazo para apresentação das impugnações pelos credores/interessados, nos termos do que dispõe o art. 56-A, §1º, da Lei de Regência.

Constata-se, ainda, que foram apresentadas impugnações nos eventos 838, 841, 915, 955 e 959. Muito embora o disposto no despacho do ev. 951, em respeito ao princípio do contraditório e ampla defesa, entendo ser pertinente a intimação das Recuperandas para manifestação, o que não restou determinado.

Ante o exposto, **INTIME-SE** as Recuperandas para manifestação quanto as impugnações, bem como demais petições que entenderem pertinentes, no prazo de 5 (cinco) dias.

Em seguida, intime-se a Administradora Judicial e remetam-se os autos ao

Ministério Público, pelo mesmo prazo.

3.No que se refere ao pedido formulado pela credora Coasul Cooperativa Agroindustrial (ev. 956), conforme já explanado na decisão do ev. 102 e bem pontuado pela Administradora Judicial em sua manifestação do ev. 846, havendo divergência quanto à importância, classificação e sujeição dos créditos aos efeitos da Recuperação Judicial, deve o credor observar o disposto no art. 8º da Lei 11.101/2005, insurgindo-se mediante incidente processual – impugnação, a ser distribuída em autos apartados e por dependência ao presente feito.

4.Diante do certificado no ev. 1.020, aguarde-se eventual manifestação da Fazenda Pública do Município de Coronel Vivida/PR.

5.Cumprido integralmente o determinado nos itens 2 e 4 da presente decisão, tornem os autos conclusos para análise e eventual concessão ou não da Recuperação Judicial.

6.Intimações e diligências necessárias.

Pato Branco, datado e assinado digitalmente.

João Angelo Bueno
Juiz de Direito Substituto

